

Instituto FAR

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores

Instituto FAR.

Barueri – SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto FAR (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto FAR em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalvas

1. O Instituto adota como prática efetuar os pagamentos de remuneração de alguns de seus funcionários pelo regime de contratação de pessoa jurídica. O Instituto não avaliou até a conclusão dos nossos trabalhos os impactos fiscais e os encargos sociais incidentes sobre os pagamentos efetuados dessa remuneração. Se o reconhecimento dos impactos fiscais e dos encargos previdenciários incidentes sobre os referidos pagamentos tivesse sido efetuado, certos elementos das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 poderiam ter sido afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras não foram determinados.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Instituto recebia trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da Administração e também compartilhava com partes relacionadas a sua estrutura administrativa e financeira, porém as suas respectivas receitas e despesas não foram registradas em rubrica específica na demonstração do resultado do exercício, conforme requerido pelas práticas contábeis. Se a mensuração e os registros dos trabalhos voluntários e compartilhamento de estrutura administrativa e financeira tivessem sido efetuados, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial do Instituto em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de dezembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Instituto Far

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2021	2020 (não auditado)	Passivos	Nota	2021	2020 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	4	1.157	1.601	Outras contas a pagar		2	1
		<hr/>	<hr/>			<hr/>	<hr/>
Total do ativo circulante		1.157	1.601	Total do passivo circulante		2	1
		<hr/>	<hr/>			<hr/>	<hr/>
				Patrimônio social líquido	7		
				Patrimônio Social		568	568
				Superávit acumulado		587	1.032
						<hr/>	<hr/>
				Total do patrimônio líquido		1.155	1.600
						<hr/>	<hr/>
Total do ativo		1.157	1.601	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.157	1.601
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>			<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Far

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de
2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020 (não auditado)
Receita operacional líquida	8	<u>1.366</u>	<u>2.147</u>
Resultado operacional bruto		<u>1.366</u>	<u>2.147</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	9	(524)	(539)
Doações a outras entidades	10	<u>(1.288)</u>	<u>(572)</u>
Despesas operacionais		<u>(1.812)</u>	<u>(1.111)</u>
(Déficit) Superávit antes do resultado financeiro e impostos		<u>(446)</u>	<u>1.036</u>
Receitas financeiras		8	1
Despesas financeiras		<u>(7)</u>	<u>(5)</u>
Resultado financeiro		<u>1</u>	<u>(4)</u>
(Déficit) Superávit do exercício		<u>(445)</u>	<u>1.032</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Far

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e
2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (não auditado)
(Déficit) Superávit do exercício	<u>(445)</u>	<u>1.032</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(445)</u></u>	<u><u>1.032</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Far

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Déficit/Superávit Acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020 (não auditado)	568	-	568
Superávit do exercício	-	1.032	1.032
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	568	1.032	1.600
Déficit do exercício	-	(445)	(445)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	568	587	1.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Far

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e
 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) Superávit do exercício		(445)	1.032
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Outras contas a pagar		1	(1)
		<hr/>	<hr/>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades operacionais		(444)	1.031
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(444)	1.031
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1.601	570
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.157	1.601
		<hr/>	<hr/>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(444)	1.031
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O INSTITUTO FAR, criado em 15 de agosto de 2016, é uma associação beneficente sem fins lucrativos ou econômicos, com prazo de duração indeterminado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do Instituto é na Al. Mamoré nº 687, 15º andar, Laje 1504, Alphaville, Barueri, SP, CEP: 06454-040.

O Instituto é constituído por um número limitado de associados. Sua gestão é realizada por: a) Conselho Deliberativo, composto por 03 membros; b) Conselho Fiscal composto por 03 membros.

O Instituto tem por objetivos:

- a. Desenvolver atividades voltadas a educação e desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes e jovens, facilitando a inclusão e o desenvolvimento econômico da população;
- b. Promover a assistência social, por meio do assessoramento e apoio ao desenvolvimento de outras organizações para fins não econômicos, movimentos, e negócios de impacto social voltados a crianças e adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência, populações e comunidades em estado de vulnerabilidade social;
- c. Promover a educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio de iniciativas complementares às da escola formal, contribuindo para a educação integral e a inclusão social;
- d. Planejar e realizar atividades culturais, relacionadas às suas finalidades, nas áreas de: música, artes plásticas, teatro, dança, cinema, mídias digitais, artes visuais e outras relacionadas;
- e. Realizar estudos e pesquisas, desenvolver tecnologias alternativas e inovadoras, produzir e divulgar informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às finalidades institucionais;
- f. Promover o voluntariado;
- g. Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

Para o desenvolvimento e a realização de suas finalidades e objetivos sociais, o Instituto poderá utilizar-se de todos os meios permitidos em lei, exemplificativamente:

- a. Articular alianças entre pessoas físicas e jurídicas públicas e privadas, nacionais e internacionais, em prol do cumprimento de suas finalidades;
- b. Desenvolver e realizar eventos, fóruns, cursos, programas de formação, palestras, simpósios, congressos e seminários relacionados às suas finalidades;
- c. Promover e firmar parcerias, intercâmbios, convênios, contratos, acordos de cooperação, termos de fomento e colaboração com a iniciativa privada e órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- d. Captar recursos financeiros para custear projetos ou programas relacionados às suas finalidades.

Os recursos de doação serão providos, entre outras fontes, pelo Grupo Hinode por meio de empresas do grupo assim como pelos consultores Hinode. Destacamos que os recursos que serão destinados para o Instituto já estão aprovados em orçamento para 2022 e assegura a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados nos anos anteriores.

1.1 Efeitos da pandemia COVID 19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Instituto instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Para fortalecer a luta contra os efeitos sociais causados pela pandemia, o Instituto ampliou o seu foco de atuação, incluindo ações de ajuda humanitária e atendimento às necessidades urgentes como ações paralelas às desenvolvidas com o foco de educação. Diante da necessidade crescente das populações vulneráveis, essa frente de ajuda humanitária foi incluída de forma definitiva nos programas sociais desenvolvidos.

Assim, o Instituto desenvolve seus objetivos sociais por meio de programas de fomento à educação, promoção de ajuda humanitária e voluntariado.

No entanto, o Instituto sofreu também com os impactos diretos em sua operação e nas atividades, como queda nas arrecadações, que pode ser observado nas Demonstrações do resultado, e projetos parceiros que tiveram as atividades paralisadas. E respeitando as medidas adotadas no início da pandemia, o escritório localizado em Alphaville, continuou parcialmente fechado; a reabertura aconteceu em 2022 no sistema híbrido (presencial e *home office*).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras do Instituto foi autorizada pela Diretoria em 29 de dezembro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas exige que o Instituto faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A Administração do Instituto não identificou situações que tenha gerado julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Receita de doações

As doações recebidas pelo Instituto em moeda corrente são provenientes de doações de pessoas físicas ou jurídicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto e são reconhecidas no resultado do exercício quando é realizado o aceite na transferência de recursos.

Parte substantiva da doações de pessoas físicas são realizadas por consultores da empresa Hinode, que fazem repasse de parte do valor recebido como bônus da Hinode, como doação ao Instituto por meio de transferências bancárias.

3.2 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado. O Instituto não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. O Instituto não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros, caso aplicáveis, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros, caso aplicáveis, não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor Justo par meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Os Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem doações à receber e outras contas a receber caso aplicáveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021, incluindo operações de *hedge*.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e podem ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer prejuízo financeiro.

3.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras e multas e juros.

3.5 Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem finalidade de Lucro, o Instituto deveria valorizar as receitas com trabalhos voluntários, incluindo seus membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 o Instituto, não valorizou e registrou as receitas com trabalhos voluntários.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O Instituto, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido seus recursos financeiros em investimentos de baixo risco, apenas em aplicações automáticas e em poupança, mantidos em instituições financeiras no Brasil. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata com as instituições financeiras e na opção de resgate a qualquer momento sem prejuízo financeiro. Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras de liquidez imediata tem remuneração de 15% do CDI.

	2021	2020 (não auditado)
Bradesco – Invest Fácil	962	1.396
Santander – Aplic Autom Contamax	194	205
Bradesco - Poupança	1	-
	<u>1.157</u>	<u>1.601</u>

5 Provisão para contingências

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. Entretanto, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão deste relatório o Instituto não possui processos judiciais em aberto de qualquer natureza.

6 Partes Relacionadas

O Instituto, possui relações com as empresas do Grupo Hinode. Por conta desta relação, parte substancial das doações de pessoas jurídicas são de empresas do grupo, conforme detalhado abaixo:

	2021	2020 (não auditado)
Larru's Ind Com de Cosméticos Ltda	180	217
Lider Franquias e Licenças	80	-
	<u>260</u>	<u>217</u>

7 Remuneração da Administração

O estatuto social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Dessa forma, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Adicionalmente, montante de R\$ 338 foi pago a pessoas chaves dentro da administração em 31 de dezembro de 2021.

8 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução da Associação, seus bens e direitos terão a destinação que os associados, que representem, no mínimo, três quartos (3/4) do quadro social com direito a voto, houverem por bem determinar, conforme as hipóteses previstas no Artigo 61 e Parágrafo 2º do Código Civil Brasileiro.

9 Receita operacional líquida

	2021	2020 (não auditado)
Doações de pessoas físicas (i)	1.043	1.930
Doações de pessoas jurídicas (ii)	323	217
	1.366	2.147

- (i) Este grupo é representado aproximadamente 80% por consultores Hinode que destinam parte de seu bônus em doações para o Instituto.
- (ii) As doações de pessoas jurídicas são representadas 80% por doações efetuadas por empresas do Grupo Hinode.

10 Despesas administrativas

	2021	2020 (não auditado)
Serviços de terceiros PJ	(351)	(383)
Serviços de marketing	(45)	(27)
Assistência contábil e advocacia	(39)	(39)
Serviços de treinamento	(29)	(4)
Serviços de tradução	(27)	-
Outros	(17)	(27)
Cursos e treinamento	(7)	(6)
Eventos e seminários	(5)	(18)
Bens não ativados e brindes	(4)	(35)
	(524)	(539)

11 Doações a outras entidades (sem restrições)

	2021	2020 (não auditado)
Amigos do Bem	(360)	(397)
Associação Junior Achievement	(67)	-
Fundação Banco do Brasil	(67)	-
Associação Santo Agostinho	(56)	-
Associação Amigos da Criança	(50)	-
Fly Assoc p/Educação e Cultura	(43)	-
Associação Ação Mão Amiga	(40)	-
Outras associações diversas	(605)	(175)
	<u>(1.288)</u>	<u>(572)</u>

Referem-se a doações a instituições parceiras sobre projetos que o Instituto atua na mesma temática de educação. Estes projetos são escolhidos a partir de uma política de investimentos social.

12 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta no parágrafo a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Para isso, de acordo com o julgamento da Administração do Instituto, foram considerados na renúncia fiscal os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita de suas atividades próprias - (PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo) e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

Diretoria

Crisiane Garcia Rodrigues Ciscan
Presidente

Sandro Garcia Rodrigues
Conselheiro Fiscal

Gerson Diniz Branco
Contador CRC 1SP068651/O-4